

LEPRA¹ E NAZISMO: UMA VISÃO INSTITUCIONAL SOBRE O SÉCULO XX

REINALDO GUILHERME BECHLER - UFMG

Este estudo pretende abordar as questões sociais e científicas que uniram, de acordo com a interpretação que apresentarei, a história da hanseníase com a ideologia nazista.

A intenção é a de buscar remontar uma linha do pensamento científico das primeiras décadas do século XX, e entrecruza-la com outras vertentes interpretativas sobre o assunto, que se fizeram presentes nas primeiras décadas do século XX. Um modelo institucional empregado de maneira “experimental” nos leprosários noruegueses da época (final da década de 1910), que modificou mundialmente a concepção tanto de instituições leprosuárias como de instituições asilares de modo geral nos anos posteriores. E que foi reconhecida – assim pretendo demonstrar – pelo III Reich, que dele fez um uso singular.

O marco temporal delimitado é o ano de 1923, onde este modelo norueguês foi proposto pela primeira vez, no *III Congresso Internacional de Lepra*², em Estrasburgo na França. Salientando que com base nesse ponto temporal procurarei fazer um percurso de ida e volta nos anos logo anteriores e nos subseqüentes a este marco, levando em consideração a particularidade e a temporalidade de cada instituição aqui citada. Mas este marco temporal é tão somente uma estrutura da pesquisa, não se caracterizando como o centro da reflexão aqui pretendida, uma vez que todas as mudanças históricas se dão de maneira lenta e concatenada. E com o processo aqui focalizado não se deu diferente. A concepção institucional dos leprosários não se modificou abruptamente. E sim em um processo lento que se iniciou no final da década de 1910 e continuou, pelo menos, até a década de trinta, quando foi reconhecido pela totalidade dos países atingidos pela doença.

¹ Utilizarei o termo lepra, em substituição ao termo correto: Hanseníase, por motivo de no momento histórico aqui pretendido este último ainda não havia sido instituído. O que só veio a acontecer no ano de 1956, no Brasil e em alguns outros países. Assim, utilizarei o termo lepra sempre em itálico para identificar esta peculiaridade.

² Sobre este assunto ver: SOUZA-ARAÚJO, Heráclito. *História da Lepra no Brasil. v. III – Período Republicano 1890 – 1952*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde. Departamento de Imprensa Nacional, 1956. p. 245.

Ao traçar essa linha de pensamento, pretendo apontar uma conclusão fundamental: a influencia da Historia da Hanseníase em algumas estruturas desse fenômeno ideológico tão importante e tão instigante da historia da humanidade, chamado nazismo.

O MODELO INSTITUCIONAL DOS LEPROSARIOS NORUEGUESES.

A *lepra* historicamente sempre legou a seus doentes, marcas físicas e psicológicas extremamente profundas. E uma delas, indubitavelmente, era o isolamento. Esta prática foi realizada desde a antiguidade. Porém, com o passar do tempo, o isolamento de leprosos ganhou novas concepções e conotações. Já no final do século XIX, com a descoberta da bactéria causadora da doença, o *Mycobacterium Leprae*, feito pelo médico norueguês G. H. Armauer Hansen (1841-1912), a lepra começava a ganhar mais espaço no meio médico mundial. E até os primeiros anos do século XX, todas as instituições construídas para abrigar esses doentes se pautavam pela intenção muito mais de proteger o sadio do que cuidar do doente. O leproso era literalmente jogado dentro desses leprosários e lá passava os últimos dias de sua vida, que muitas vezes ainda era longa. Afinal, isolar um mal que não se sabe como controlar é uma saída sempre mais cômoda. FOUCAULT (1986) chama isso de Tecnologia Social de Exclusão³, ou seja, uma política formada tanto explícita quanto implicitamente na sociedade ocidental, que previa a exclusão social de pessoas que não possuíssem plena saúde física e mental, segundo normas e regulamentações técnicas de cada época.

Mas nesses primeiros anos do século XX essa concepção de instituição começaria a se modificar. A Noruega mais uma vez seria importante neste processo. Neste país foi testado um inovador e importante modelo institucional, que mais tarde refletiria no mundo todo⁴. Os leprosários do século XX passariam pela primeira vez a reconhecer a individualidade do leproso. Este passaria a receber uma atenção que nunca antes lhe fora dada. Este novo modelo de leprosário foi pensado para proporcionar ao leproso todas as

³ FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 88.

⁴ Sobre este assunto ver: SOUZA-ARAÚJO, Heráclito. **História da Lepra no Brasil. v. III – Período Republicano 1890 – 1952**. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde. Departamento de Imprensa Nacional, 1956.

condições de vida dentro de seus muros. Certas “regalias” passaram a ser vistas como justiça, como uma espécie de reconhecimento da sociedade sadia para com o sofrimento dessas pessoas.

A cura da doença ainda não era possível – só passou a ser concebível, mesmo inicialmente, no fim da década de 1940. Assim, era de conhecimento do meio médico ligado ao assunto que a idéia básica que perdurava desde a antiguidade ainda permaneceria, ou seja, a de muito mais proteger os sãos do que curar o doente. Porém, agora passaria a ser possível tratar o doente como doente. Reconhece-lo. Para isso foi construído todo um aparato sociabilizante nesse novo leprosário. Campos de futebol, cinemas, teatros, praças de esporte, e todas as demais estruturas caras à sociedade “sadia” foram nessas instituições reproduzidas fielmente, para que o leproso se sentisse, pelo menos, acolhido em seus muros.

A identificação foi imediata. O leproso sabia que era muito mais vantajoso para ele permanecer em um local onde só existiriam pessoas com os mesmos problemas, longe do preconceito que o cercaria onde quer que estivesse, se não lá dentro; além de reconhecer a importância dessas novas atribuições sociais que os leprosários passaram a contar.

O sucesso desse modelo institucional norueguês foi tamanho, que foi apresentado como uma revolução no tratamento da doença, na *III Conferência Internacional de lepra*, realizada em 1923 na cidade de Estrasburgo, na França. À partir de então, este modelo institucional passou a ser copiado no mundo todo.

Não discutirei aqui a viabilidade deste modelo institucional, ou ainda se ele representava a solução mais adequada para o problema da *lepra* no período, nem mesmo se ele foi aceito de maneira unívoca pelo meio médico e social especializado no problema, pois não são estas as intenções deste estudo. Apenas pretendo apresentar um contexto científico específico, que fez nascer uma concepção completamente nova de instituição asilar, e que se choca com o principal paradigma científico do período: a eugenia. Esta

“ciência” muito em voga no mesmo período legou à esta problemática questões muito relevantes que reconheço por hora, mas que também não tratarei detidamente por motivo da exigüidade aqui pretendida. Apenas não posso deixar de salientar que a eugenia foi responsável pelo nascimento de uma idéia de “seleção natural social”, ou seja, que certas pessoas não deveriam continuar a viver, pois seriam “dispensáveis” socialmente.

No que se refere especificamente à Hanseníase, a eugenia alicerçou desde o seu nascimento, no final do século XIX, os estudos e os pensamentos sobre esta doença tão estigmatizada historicamente. Vasta é a bibliografia que mostra isso. Neste estudo me pautarei exclusivamente em bibliografias brasileiras para mostrar este fato. Todavia ele pode também ser observado de maneira global no período. Na obra de VIEIRA-FILHO (1936), por exemplo, isso fica nítido:

“Escrever sobre a história da lepra num povo é dizer do grau de civilização desse povo, patentear sua cultura sob a luz da eugenia⁵”.

A recorrência da ideologia e das práticas eugênicas na profilaxia da *lepra* no início do século XX era, sem dúvida, um fato. Atitudes como a esterilização de leprosos, anulação de matrimônios por motivo da contaminação de um dos cônjuges, dentre outras foram recorrentes no período⁶.

Os leprosários passavam a ser, oficialmente à partir desse novo modelo norueguês, de responsabilidade do Estado. Ou seja, cada país passaria a ser responsável pela construção e manutenção dessas instituições.

A CONTRADIÇÃO: A INTERPRETAÇÃO INSTITUCIONAL NAZISTA

A História da hanseníase, desta forma, introduz um novo e importante mecanismo de reflexão para o contexto científico do período em questão. Este modelo institucional é notadamente contraditório ao modelo ideológico eugênico. Uma vez que a eugenia –

⁵ VIEIRA-FILHO. João. *A lepra no Brasil – e sua profilaxia terapêutica*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia. Editores, 1936. p.2

⁶ Sobre este assunto ver: MONTEIRO, Yara Nogueira. *Da maldição Divina a Exclusão Social: Um Estudo da Hanseníase em São Paulo*. São Paulo, 1995. 465. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP.

especialmente a alemã – pregava até mesmo a morte dessas pessoas “indesejadas”, o que dizer então da manutenção delas em instituições como os leprosários, às custas do Estado alemão.

Sou obrigado a concordar que o número de casos de *lepra* na Alemanha no período era realmente pequeno. SOUZA-ARAÚJO (1929) pôde constatar isso:

“Em 31 de dezembro de 1924 havia 14 leprosos [na Alemanha inteira], número que se reduziu para 10 em 31 de dezembro de 1925, quase todos localizados no leprosário de Memel.”

Assim, poderia-se facilmente interpretar que não houve o reconhecimento por parte do Estado alemão desse novo modelo institucional apregoado aos leprosários, pelo simples fato de na Alemanha praticamente não mais existir *lepra* e, logo, instituições leprosuárias. Porém não é isso que assistimos, especialmente com o desenrolar da política eugênica do III Reich, que tomou forma durante a segunda guerra mundial.

Talvez o maior indício do reconhecimento nazista desse modelo institucional iniciado pelos leprosários que tive acesso até o momento seja o filme: “Der Führer schenkt den Juden eine Stadt” (O Fuher constrói uma cidade aos judeus), de 1941. O filme é de direção da cineasta Leni Riefenstahl, e foi realizado com o objetivo de ser uma propaganda ao resto do mundo sobre os campos de “trabalho” que a Alemanha estava construindo para os judeus. Mas o mais importante é a forma com que isso foi feito. Ao assistir ao filme podemos identificar perfeitamente o modelo institucional dos leprosários. Praças de esporte, locais de socialização como teatros, cinemas, etc. podem ser vistos perfeitamente.

Seria realmente difícil de acreditar que a Alemanha não sabia da existência desse modelo institucional ao assistirmos ao filme. E ao reconhecermos que, historicamente, os germanos sempre se destacaram no estudo do mal de Hansen, embora, como já disse, esta doença já não fosse endêmica no país há muito tempo. SOUZA-ARAÚJO (1929) tem opinião parecida com a minha:

⁷ SOUZA-ARAÚJO, Heráclito de. *A lepra: estudos realizados em 40 países (1924 – 1927)*. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 1929. p. 304. Grifo meu.

“Pude visitar vários centros de estudo específicos sobre lepra no país [Alemanha]. Realmente pude constatar que, embora a lepra já não ser endêmica na Alemanha desde muito tempo, lá se estuda doença como em poucos países⁸.”

O nazismo sabia da existência e da importância desse novo modelo institucional, e que ele àquela altura já era sucesso no resto do mundo. Porém, não o incorporou em sua política eugênica oficialmente, que passava cada vez mais a ganhar um caráter eliminacionista, se chocando, como já disse, a idéia do reconhecimento da individualidade desses internos, pregada por esse novo modelo de leprosários.

E uma vez tendo se iniciada a segunda guerra, mais precisamente no mesmo dia do início do conflito, Hitler deu autorização à seus comandados para o início das atividades do Programa T4 de eutanásia para os doentes mentais⁹. A eugenia começava a passar dos limites.

Este programa pregava o extermínio de pessoas que estariam em instituições manicomiais – ou seja, em instituições já prontas –, às custas do periclitante Estado alemão, enquanto muitos arianos passavam dificuldades de toda ordem. Marcava o início das práticas políticas em grande escala da “ciência” eugenia.

Como resultado, aproximadamente 60 mil pessoas foram mortas pelo programa nos seus dois anos de atividade. Mas o legado do T4 seria ainda maior. Nos manicômios foram testadas todas as técnicas de morte em massa que pouco mais tarde seriam utilizadas nos campos de concentração de judeus.

O modelo de instituição eugênico-eliminacionista criado pelo III reich se distanciou bastante desse modelo dos leprosários. Antes os guetos e especialmente os campos. Os primeiros, na verdade nem chegaram a ser instituições propriamente ditas, uma vez que eram “inventados” nos próprios bairros, nas próprias residências de seus internos: degenerados judeus, ou ciganos, ou quem mais não se encaixasse no modelo racial ariano. Os guetos eram uma espécie de ante-sala para a instituição mestre de todo este sistema: os

⁸ SOUZA-ARAÚJO, Heráclito. de. *A lepra: estudos realizados em 40 países (1924 – 1927)*. op. cit. p. 12.

⁹ BLACK, Edwin. *A guerra contra os fracos*. São Paulo: A girafa, 2003. p265 – 279.

campos. Nesses guetos as pessoas eram mantidas, quase sempre, em regime de reclusão e isolamento até o momento do transporte para os campos. Desta feita, o período de permanência nos guetos era muito maior, em média, do que nos campos, onde essas pessoas só permaneciam o tempo suficiente para serem aniquiladas¹⁰.

Por permanecer mais tempo recluso sob leis e atividades completamente controladas e vigiadas, um interno de um gueto se parecia muito mais com um interno de uma instituição asilar tradicional (anterior ao modelo dos leprosários), do que um de um campo de concentração. Este último foi vítima de algo nunca antes imaginado. Ainda considero ser hoje, mais de sessenta anos depois, impossível descrever o que aconteceu dentro dessas instituições. Mesmo quem esteve lá dentro e se encorajou a contar teve dificuldade. Que dirá eu. Esta ainda é uma realidade difícil de se acostumar. Hannah ARENT (1997) tentou traduzir o que representaram os campos:

“O verdadeiro horror dos campos de concentração e de extermínio reside no fato de que os internos, mesmo que consigam manter-se vivos, estão mais isolados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido, porque o horror compele ao esquecimento¹¹”.

Os campos de concentração nazistas eram instituições, de fato, bem diferentes dos novos leprosários. Os judeus não eram reconhecidos como indivíduos, eram tratados como seres completamente insignificantes, inferiores sob todos os pontos de vista. Coincidentemente ou não, da mesma forma com que os leprosos eram tratados antes dessa nova concepção institucional. Observe o que diz por exemplo Daniel GOLDHAGEN (1997) sobre esse assunto:

“A separação social, com todos os seus componentes contributivos, e a violência verbal (e física) foram complementares e reforçaram mutuamente seus efeitos. Enquanto a violência verbal proclamou a barreira moral que separava judeus e alemães, as leis transformaram os judeus em criaturas socialmente mortas, em habitantes, de fato, de uma comunidade de leprosos¹²”.

¹⁰ Sobre este assunto consultar: CYTRYNOWICZ, Roney. *Memória da barbárie – a história do genocídio dos judeus na segunda guerra mundial*. São Paulo: Edusp, 1991. p.89-93.

¹¹ ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo – anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. São Paulo: Cia das letras, 1997. p. 124.

¹² GOLDHAGEN, Daniel. *Os carrascos voluntários de Hitler*. São Paulo: Scharts, 1997. p. 153.

A comunidade de leprosos que este autor chama a atenção – e que, segundo ele, era parecida com um campo de concentração de judeus – é uma comunidade anterior ao surgimento desse novo modelo institucional para os leprosários. Instituições que serviam, como já disse, para que esses doentes fossem literalmente jogados lá dentro e quase que abandonados à própria sorte. As coincidências são realmente muito grandes.

Como em uma mesma época duas concepções institucionais extremamente diversas puderam conviver lado a lado, em um contexto tão específico? Que conjunturas sociais propiciaram essa convivência na Alemanha nazista e, de certo modo, em grande parte do mundo? Até que ponto o III reich sabia da existência desse outro modelo institucional?

Penso que caminho a ser percorrido por esta reflexão ainda está longe de seu fim. A história da hanseníase – especialmente suas concepções institucionais – pode contribuir enormemente para que possamos compreender um pouco melhor o que foi o nazismo. Não para julgá-lo, taxá-lo ou mesmo para justificá-lo. Mas para compreendê-lo enquanto fenômeno histórico de uma época. Como disse, este estudo ainda não é conclusivo. Se apresenta à comunidade acadêmica da qual faço parte como um início de uma reflexão mais profunda que merece ser feita pela historiografia e, mais especificamente, pela historiografia da ciência.